



MMA/Departamento: SRHU	
Nº 003857/2016-00	
Data 26.02.2016	Rubrica <i>[assinatura]</i>

Ofício 01-fonasc-bsb -2016

Brasília - DF, 20 de fevereiro de 2016.

ILMO DRA CASSANDRA MARONI NUNES
SECRETÁRIA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
DD SECRETÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
BRASÍLIA DF

ASSUNTO- ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA A RESOLUÇÃO CNRH No. 152, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013, publicada no DOU em 19.02.2014, que constituiu o **Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai - GAP**, plano este coordenado pela ANA, sua composição e finalidade nos termos de seu Artigo 1º.

Prezada Senhora,

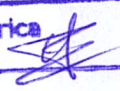
Nos termos do Artigo 10º. do Regimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o FONASC-GBH - FORUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL ACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS, nos termos de seus estatutos. ENTIDADE REPRESENTANTE DAS ORG CIVIS NO PLENARIO DO CNRH , na pessoa de seu Coordenador Geral PROF Joao Climaco Soares de Mendonca Filho também membro Conselheiro Representante da ENTIDADE CONSELHEIRA -ACA –ASSOCIACAO CAMPONESA e por solicitação da entidade filiada ASSOCIACAO FE E VIDA de Cárceres – MT , sua suplente no plenário do CNRH vem encaminhar a V.Sa. para deliberação nesse egrégio Colegiado, **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA A RESOLUÇÃO CNRH No. 152, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013**, publicada no DOU em 19.02.2014, que definiu a constituição do **Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai – GAP**, em seu Artigo 1º.

DA RELEVÂNCIA

A relevância dessa matéria se dá em consonância com os PROGRAMAS- II Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos – Organização e Apoio ao SINGREH - e

RECEBIDO GAB/SRHU

Data: 26/2/16 às 16:45
Dacali
Nome

MMA/Departamento: SRHW	
Nº 003857/2016-00	
Data 26.02.2016	Rubrica 

Ofício 01-fonasc-bsb -2016

Brasília - DF, 20 de fevereiro de 2016.

ILMO DRA CASSANDRA MARONI NUNES
SECRETÁRIA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
DD SECRETÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
BRASÍLIA DF

ASSUNTO- ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA A RESOLUÇÃO CNRH No. 152, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013, publicada no DOU em 19.02.2014, que constituiu o **Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai - GAP**, plano este coordenado pela ANA, sua composição e finalidade nos termos de seu Artigo 1º.

Prezada Senhora,

Nos termos do Artigo 10º. do Regimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o FONASC-GBH - FORUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL ACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS, nos termos de seus estatutos. ENTIDADE REPRESENTANTE DAS ORG CIVIS NO PLENARIO DO CNRH , na pessoa de seu Coordenador Geral PROF Joao Climaco Soares de Mendonca Filho também membro Conselheiro Representante da ENTIDADE CONSELHEIRA -ACA –ASSOCIACAO CAMPÓNESA e por solicitação da entidade filiada ASSOCIACAO FE E VIDA de Cárceres – MT , sua suplente no plenário do CNRH vem encaminhar a V.Sa. para deliberação nesse egrégio Colegiado, **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA A RESOLUÇÃO CNRH No. 152, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013**, publicada no DOU em 19.02.2014, que definiu a constituição do **Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai – GAP**, em seu Artigo 1º.

DA RELEVÂNCIA

A relevância dessa matéria se dá em consonância com os PROGRAMAS- II Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos – Organização e Apoio ao SINGREH - e

PROGRAMA III – Desenvolvimento e Implantação dos Instrumentos da Gestão de Recursos Hídricos – Sub - Programa III. 6 – Plano de Recursos hídricos.

Trata-se da necessidade premente de correção de distorções decorrentes da ausência de importantes segmentos sociais e econômicos diretamente afetados pelas iniciativas e empreendimentos na Bacia do Alto Paraguai, a saber: pescadores profissionais-artesanais, as comunidades tradicionais (representação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT) e a agricultura familiar, por meiode (assentamentos da reforma agrária), todos usuários de recursos hídricos, e que não foram contemplados quando da instituição da representação dos segmentos sociais e econômicos da bacia, em especial da planície pantaneira, na composição deste Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai – GAP, que abrange os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Este Grupo é também considerado a base para o futuro Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, daí a apreensão da sociedade civil de que se garanta a devida e justa representação social, não apenas com representação dos grandes usuários e do setor de turismo, mas que seja incluída em sua composição os pequenos usuários, dependentes diretamente da saúde ambiental do bioma.

Este Plano, coordenado pela ANA, é considerado como fase fundamental para o cumprimento da norma legal que institui os instrumentos e as instâncias de Gestão das Águas, bem como para a conservação dos recursos hídricos da bacia, já que a proliferação de mais de 160 hidrelétricas, o elevado desmatamento nas regiões de cabeceiras (planalto) e seu aumento considerável na planície, as drenagens na planície para expansão de áreas de pecuária, a expansão do plantio de soja na planície e o projeto de Hidrovia Paraguai-Paraná têm sido implantados e/ou propostos sem qualquer avaliação em termos dos impactos conjuntos e sinérgicos e em nível de bacia hidrográfica, como determina a Lei de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) e recomenda o Comitê Nacional de Zonas Úmidas (Recomendação CNZU No. 6/2012). A conservação da hidrodinâmica natural dos rios formadores do Pantanal é fundamental, pois é responsável pelos pulsos de inundação anuais e plurianuais que regem os processos hidro-ecológicos que caracterizam o bioma considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, em seu Artigo 225. É fundamental, por conseguinte, para a manutenção dos processos ecológicos que resultam numa produção pesqueira capaz de sustentar a pesca (profissional e turística) como atividade de elevada importância social e econômica para a região (estimada em valores acima de R\$ 1 bilhão/ano– Calheiros, D.F., comunicação pessoal), bem como sua biodiversidade ímpar.

Na verdade, o texto da Recomendação CNZU No. 6/2012 expõem claramente que uma das graves ameaças à conservação do bioma e dos modos de vida de suas populações tradicionais é a proliferação de centenas de hidrelétricas nos principais rios da Bacia do Alto Paraguai (atualmente 166 projetos, sendo 44 já em operação), sem qualquer controle de seus impactos ou planejamento em nível e bacia hidrográfica, o que sabidamente coloca em risco a principal atividade geradora de emprego e renda na região que é a pesca profissional-artesanal e a pesca turística, uma vez que a produção pesqueira de peixes migradores tende a cair a níveis

não explotáveis economicamente em ecossistemas fluviais que sofreram intensa fragmentação. Cabe salientar, que na região já há experiências negativas de perda de produção pesqueira e perda de geração de emprego e renda nos rios Cuiabá e Jauru (MT) devido à presença de barramentos para a geração de energia hidrelétrica.

Estima-se que a população ribeirinha, de pescadores profissionais-artesanais e membros de comunidades ribeirinhas esteja na ordem de dezenas de milhares de famílias (cerca de 20 mil pescadores artesanais e em torno de 400 comunidades tradicionais), além das dezenas de assentamentos da reforma agrária presentes na bacia. Nas últimas reuniões do GAP a sociedade civil local, por meio do FONASC, tem se posicionado efetivamente através de diversos manifestos e encaminhamentos para que este colegiado se manifestasse ao CNRH, recomendando que tais representações sejam incluídas no Grupo. Contudo, infelizmente, não contou com a sensibilidade dos seus membros, em especial do coordenador do mesmo, Sr. Nedio Pinheiro / SEMA-MT, que por várias vezes obstruiu a tentativa de colocar o tema em discussão.

[U1] Comentário: O número de comunidades a Cláudia Pinho que estimou! O de pescadores seria por aí, Luciana?

ESCOPO DO CONTEÚDO NORMATIVO

As iniciativas para realização do PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI (PRHP) foram desencadeadas através dos esforços da representação da sociedade civil e demais atores sociais importantes da região, incluindo pesquisadores da UFMT, UNEMAT, UFMS e Embrapa Pantanal que sensibilizaram, primeiramente o Comitê Nacional de Zonas Úmidas (SBF/MMA) e, posteriormente, o MMA e este Conselho o que veio a se materializar na edição na Resolução do CNRH No. 152/2013.

Esta Resolução, por sua vez, estabeleceu no seu Artigo 2º. e Anexo, que a composição desse Grupo de Acompanhamento para implementação do referido Plano se daria na forma do Artigo 5º. da Resolução CNRH No. 145/2012, a qual definiu a competência dos órgãos gestores estaduais e conselhos estaduais de recursos hídricos para o processo de indicação dos membros dos grupos de acompanhamento dos Planos de Recursos Hídricos de rios federais e que a composição do mesmo deveria ser formada pelos diversos segmentos representativos da sociedade indicados pelos seus respectivos pares no âmbito dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, buscando uma representação similar à preconizada para os Comitês de Bacia, conforme disposto no Inciso dois do respectivo Artigo.

Acontece que na própria constituição dos Comitês Estaduais de Recursos Hídricos dos dois Estados (CEHIDRO-MT e CERH-MS) não se contempla a participação desses importantes segmentos da sociedade regional. Nem mesmo, apesar do memorável esforço de mobilização do estado brasileiro e suas unidades federadas para a implementação da Lei das Águas (Lei 9433/1997), esta Lei não contemplou os usuários de pequeno porte historicamente alijando a participação dos pescadores artesanais, das comunidades tradicionais e da agricultura familiar na composição do CNRH, dos CERHs, dos Comitês de Bacia, bem como, agora também, dos Grupos de Acompanhamento dos Planos de Recursos Hídricos. A Lei das Águas, no seu Artigo

47, o Decreto 4.613 e demais normativos infraconstitucionais que norteiam o princípio descentralizador e da cogestão dos processos decisórios nos colegiados de gestão das águas no país, definem claramente os segmentos que compõem esses organismos colegiados, que são os entes governo, setor de usuários e organizações da sociedade civil.

Sabidamente o segmento PESCADORES E USUÁRIOS DE ÁGUA PARA O LAZER E TURISMO é ocupado majoritariamente e historicamente por representantes do setor de Turismo e Lazer e a representação do setor de AGRICULTURA apenas pelo MAPA, sem incluir a participação do MDA, bem como o segmento de IRRIGANTES apenas pelas representações dos grandes proprietários rurais.

A insistência na permanência dessa situação de injustiça da representação social atual do GAP, que não espelha devidamente os atores sociais de importância em termos regionais só traria prejuízos à legitimidade política e jurídica do PRHP com riscos de graves prejuízos de tempo e dinheiro decorrentes dos problemas que se impõe na continuidade de uma situação dessas.

DOS FATOS

O ferimento DO PRECEITO DA PARTICIPAÇÃO social amplamente difundido na legislação se constitui em grave distorção, agredindo princípios legais da gestão dos recursos hídricos quando, por ocasião do cumprimento da Resolução CNRH No. 152, no âmbito dos Estados de MT e MS, que não se atentaram para a ausência de representação de população tão expressiva e encaminharam procedimentos equivocados, que permitiram que apenas representantes dos segmentos de maior poder político e econômico participassem, sem obviamente representá-los.

Tal situação tem gerado conflitos e dissabores aos trabalhos até agora desenvolvidos pelo GAP, marcados por permanente reivindicação dos PESCADORES, PESCADORAS, RIBEIRINHOS E ASSENTADOS que participam dos trabalhos de forma desigual e carentes de uma identidade política representada neste Grupo. Além de contar com a clara má vontade do então coordenador do GAP e de alguns membros da ANA de se debater este tema relevante com os demais membros.

Tem gerado situações constrangedoras para todos os membros do GAP, cujas reuniões têm sido marcadas por momentos tensos de questionamento por parte do FONASC, demandado que somos como representantes da sociedade civil, culminando numa forte manifestação dos segmentos excluídos na última reunião que ocorreu em dezembro último, em Cuiabá - MT, que se encontram fortemente mobilizados contra essa injustiça, pois estão vendo os riscos de decisões alheias aos seus interesses serem legitimadas por uma maioria numérica, com elevado poder político e econômico, numa instância que, em tese, deveria possibilitar uma maior integração e convergência de propósitos e de equidade de representação dos atores sociais para que o PRH - PARAGUAI venha a ser realmente abrangente, eficiente e justo.

Por sua vez, nós, como representação das organizações da sociedade civil no CNRH, já nos manifestamos junto ao mesmo, por meio de ofícios encaminhados à SRHU sobre essa grave distorção na definição da representação do Setor de Pesca, Turismo e Lazer, uma vez que não

[U2] Comentário: Odeio (!!) este termo... usaremos??

[U3] Comentário: Quais??

houve consulta e divulgação, por parte do CEHIDRO-MT e nem do CERH-MS, às várias entidades do setor, como Federação de Pescadores de Mato Grosso e Federação de Pescadores de Mato Grosso do Sul, Colônias de Pescadores, Associações de empresários de Turismo de Pesca, e de Turismo Ecológico dos dois estados. No caso de MT, o Conselho Estadual além de reiterar a indicação de um representante do Setor de Pesca, Turismo e Lazer sem a devida consulta e divulgação a um grande número de associações ligadas ao Setor, e sem que tal indicação tivesse passado pela aprovação do Pleno, a representante é também funcionária pública da própria SEMA-MT, e lotada na Superintendência de Recursos Hídricos, órgão este responsável pela emissão de outorgas de direito de uso da água.

Tal situação se agravou ainda mais com a aprovação pelo não encaminhamento por parte do CNRH, de moção ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Mato Grosso, solicitando providências quanto a tais distorções elencadas em ofício do FONASC de maio de 2015, pedindo as devidas providências.

IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS ESPERADOS E SETORES A SEREM AFETADOS PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA

Antes de se adotar outras providências como a de socorrer-se ao judiciário, a representação das organizações civis no CNRH apela preventivamente e administrativamente ao CNRH para que se digne a adotar providências para correção e restauração do princípio de legalidade no que se refere à composição dos membros do Grupo de Acompanhamento do PRHP, no âmbito da política de gestão das águas do Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que devem prover-se de atos legais dos seus gestores públicos, corretos e coerentes quanto aos assuntos decididos pelo pleno do CNRH.

A aprovação dessa proposta de Resolução, que requer a alteração da Resolução CNRH No. 152 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013, restaurará o princípio de legalidade que fundamenta os atos dos agentes públicos, além de frear condutas que agridem frontalmente a soberania do CNRH, bem como garantir maior equidade na representação dos atores de importância social da bacia.

A Minuta de Resolução aqui proposta tem como objetivo evitar a continuidade dos desgastes desnecessários na relação Estado - Sociedade Civil Organizada durante a construção do PRH - Paraguai e concorrerá para o incentivo de práticas políticas democráticas das relações entre os entes participantes do Grupo de Acompanhamento e dos demais envolvidos nos esforços para elaboração e implementação deste Plano, visando garantir a conservação ambiental e, por conseguinte, dos recursos hídricos da Bacia do Alto Paraguai.

Por fim, devido a relevância desse tema e a solicitação dos próprios membros do GAP para esses encaminhamentos no âmbito do CNRH, pedimos que tal proposta seja apreciada por recomendação da CTPNRH em regime de urgência nos termos regimentais após apreciação e conhecimento da mesma que se reunira neste mês de março na sua próxima reunião de 17 e 18 próximos.



FONASC.CBH

*Fórum Nacional
da Sociedade Civil nos Comitês
de Bacias Hidrográficas*

Nestes termos, aguardamos providências de Va. Sa. para dar os devidos encaminhamentos nas instâncias de decisão do CNRH nos termos regimentais desta nossa proposta de MINUTA DE RESOLUÇÃO, conforme anexo.

Atenciosamente,

JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO
CONSELHEIRO
REPRESENTANTE DAS ORGANIZAÇÕES CIVIS NO CNRH

MINUTA DE RESOLUÇÃO

ALTERA A RESOLUÇÃO CNRH No. 152 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013, PUBLICADA NO DOU em 19.02.2014, que determina a constituição do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai - GAP, sua composição e finalidade

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, no uso de suas competências que lhe são conferidas pela Lei 9.433 de oito de janeiro de 1977, regulamentada pelo Decreto No. 2.612 de 3 de junho de 1998, pela Lei No. 9.984 de 17 de julho de 2000, e pelo disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria No. 407, de .. e

[U4] Comentário: ???

Considerando a Resolução No. 145/2012 deste Conselho, que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências,

Considerando a Resolução No. 152/2013 deste Conselho e seu Anexo que determina a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai e a constituição de Grupo de Acompanhamento da elaboração deste Plano (GAP),

Considerando o disposto nos PROGRAMAS I - Desenvolvimento institucional da gestão integrada de recursos hídricos – organização e apoio ao SINGREH - e III – Desenvolvimento e Implantação dos Instrumentos da Gestão de Recursos Hídricos – Sub - Programa III. 6 – Plano de Recursos Hídricos,

Considerando os problemas de legitimidade dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelos atuais membros do GAP, quanto à ausência de representação de importantes atores sociais regionais, a saber o segmento dos pescadores profissionais-artesanais, comunidades tradicionais e representantes da agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária, atualmente AUSENTES DAS ESTRUTURAS DE DECISÕES PREVISTAS EM LEI, que possibilitem a participação desses atores na gestão dos recursos hídricos da bacia do Alto Paraguai,

Considerando a necessidade de adoção de providências por parte do CNRH para sanar distorções quando da instituição da representação dos segmentos sociais e econômicos dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na composição do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai - GAP,

Considerando que a execução deste Plano é fase fundamental para o cumprimento da norma legal que institui os instrumentos e as instâncias de Gestão das Águas na bacia, bem como base para a implementação e ações do futuro Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai,

Considerando que as iniciativas para a realização deste Plano foram desencadeadas através dos esforços da representação da sociedade civil e demais atores sociais importantes da Bacia do Rio Paraguai no CNRH, que culminou por decidir pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai e a constituição do Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH - Paraguai nos termos do Artigo 1º. da Resolução CNRH No. 152/2013,

Considerando que esta mesma Resolução, por sua vez, estabeleceu nos seu Artigo 2º. e Anexo, que a composição do Grupo de Acompanhamento da implementação de Planos de Bacias de Rios Federais se daria na forma do Artigo 5º. da Resolução CNRH No. 145/2012, que definiu a competência dos órgãos gestores estaduais e conselhos estaduais de recursos hídricos (CERHs) como responsáveis pelo processo de indicação dos membros dos grupos de acompanhamento dos PRH e que os mesmos devem ser formados pelos diversos segmentos representativos da sociedade indicados pelos seus respectivos pares no âmbito dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, nos termos do Inciso 2 desse mesmo Artigo,

Considerando que, com base apenas na indicação dos CERHs, uma vez que estes não possuem a devida representação de atores importantes da sociedade regional mencionados acima, gerando distorções com a ausência do segmento dos pescadores profissionais-artesanaís, representantes de comunidades tradicionais e da agricultura familiar, o que vai de encontro à Resolução No. 152/2013 do CNRH .

Considerando que tal distorção e falta de representatividade coloca as ações do GAP ao arrepio do cumprimento de princípios basilares que norteiam a definição da participação social nos colegiados de políticas públicas das águas conforme os princípios da legislação das águas.

Considerando que na definição da representação do Setor de Pesca, Turismo e Lazer no GAP não houve ampla divulgação e consulta, por parte do CEHIDRO-MT e nem do CERH-MS, às várias entidades do setor, como Federação de Pescadores de Mato Grosso, Federação de Pescadores de Mato Grosso do Sul, Colônias de Pescadores, Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, Associação de membros de Assentamentos Rurais, Associações de empresários de Turismo de Pesca, de Turismo Ecológico, etc.,

Considerando que a indicação de funcionário público de órgão gestor ambiental responsável pelo licenciamento ambiental e pela outorga de direito de uso da água deveria eticamente ser coibida como representante da Sociedade Civil em órgãos colegiados decisórios sobre políticas públicas, pois fere os princípios da imparcialidade e autonomias da representação civil,

Considerando, a necessidade de se evitar desgastes desnecessários na relação Estado - Sociedade Civil Organizada no âmbito da construção do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai e de se promover o incentivo de práticas políticas democráticas entre os entes participantes do Grupo de Acompanhamento, resolve:

[U5] Comentário: ??? Que Resolução é esta? De que Estado??

[U6] Comentário: Quais legislações??

Art. 1º - Alterar o Artigo 2º. da Resolução No. 152/2013 do CNRH que estabelece a composição do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai (GAP) e seu respectivo Anexo, acrescentando mais 4 (quatro) representantes do segmento PESCADORES PROFISSIONAIS-ARTESANAIS - sendo um efetivo e um suplente para cada estado (MT e MS), 4 (quatro) representantes de COMUNIDADES RIBEIRINHAS - sendo um efetivo e um suplente para cada estado (MT e MS) e 4 (quatro) representantes da AGRICULTURA FAMILIAR - sendo um efetivo e um suplente para cada estado, **perfazendo um total de 6 (seis) novas vagas de titulares e seis de suplentes** para fazer parte do GAP;

Art. 2º - A indicação dos representantes dos segmentos PESCADORES PROFISSIONAIS-ARTESANAIS, COMUNIDADES RIBEIRINHAS e AGRICULTURA FAMILIAR e suas organizações para a composição do GAP se dará através de deliberação e instrução do próprio GAP, observando a autonomia de cada segmento eleger dentre os seus pares o nome dos representantes a serem indicados para fazer parte do Colegiado, uma vez que os mesmos ainda não têm representação nos Conselhos Estaduais e nem no CNRH;

Art. 3º - Poderá participar do processo de eleição, como representantes desses segmentos, as várias entidades do setor como Federação de Pescadores de Mato Grosso e Federação de Pescadores de Mato Grosso do Sul, Colônias de Pescadores Profissionais-Artesanais, Associações de Pescadores Profissionais-Artesanais atuantes na Bacia do alto Paraguai, Associação de Moradores de Comunidades Pantaneiras e/ou Ribeirinhas, Associações de Assentamentos da Reforma Agrária e de Agricultura Familiar existentes na bacia, etc

§ 1º. As Comunidades Ribeirinhas deverão ser referendadas oficialmente como tal pela Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, que é membro da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT (MMA)

Segmento	Sector	Instituições	Nº	Indicações (Titular e Suplente)	Contatos	VOTOS	1ª Reunião Confirmação de Participação
Poder Público	Federal	Agência Nacional de Águas	1	Titular: Wagner Martins da Cunha Vilella Suplente: Rosana Mendes Evangelista	(61) 2109-5345 wagner.vilella@ana.gov.br (61) 2109-5266 rosana.evangelista@ana.gov.br	NÃO	sim
		Ministério do Meio Ambiente	2	Titular: David Guimarães Rocha Suplente: Leonardo Rodrigues	(61)2028-2085 david.rocha@mma.gov.br (61)2028-2085 leonardo.rodrigues@mma.gov.br	NÃO	sim
		Ministério de Minas e Energia	3	Titular: Vania Maria Ferreira Suplente: Igor Souza Ribeiro	(61)2032-5062 vania.ferreira@mme.gov.br (61)2032-5804 igor.ribeiro@mme.gov.br	NÃO	sim
		Ministério dos Transportes	4	Titular: Roberto Tavares Pettele Suplente: Paulo Roberto Kozlowski Tannenbaum	(61) 9961-6144 roberto.pettele@transportes.gov.br paulo.tannenbaum@transportes.gov.br	??	Indicação o
		Ministério da Integração	5	Marian Leão de Oliveira	(61)3411-5419 / 8299-8200 marian.leao@integracao.gov.br	SIM	sim
		Fundação Nacional do Índio	6	Regina Nascimento Ferreira	(61) 3247-6813 regina.ferreira@funai.gov.br	SIM	sim
		Embrapa Pantanal	7	Márcia Divina de Oliveira Titular: Renato Roscoe Suplente: Leonardo Sampaio Costa	(67)3234-5893 marcia.divina@embrapa.br (67) 3318-4042; felipe.dias58@gmail.com lcosta@masul.ms.gov.br	SIM NÃO	sim
		Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	8	Titular: Carlos Henrique Lemos Lopes Suplente: Osvaldo Antônio Riedling dos Santos	(67) 3318-5046; sepraturae@seprotur.ms.gov.br osantos@seprotur.ms.gov.br; está de saída do órgão nediopinho@sema.ms.gov.br; nedio@terra.com.br	?? NÃO	Indicação o
		Secretaria de Estado da Produção e Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul	9	Titular: Nélio Carlos Pinheiro Suplente: Leandro Maraschin	(65) 3613-7245 / 8459-9260 / 9222-7374 nediopinho@sema.ms.gov.br; nedio@terra.com.br (65)3613-7256 leandromarascchin@sema.ms.gov.br	NÃO	sim
		Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso	10	Suplente: leandro Maraschin	(65)3613-7256 leandromarascchin@sema.ms.gov.br		
		Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Mato Grosso	11	Juraci de Ozêda Ala Filho	(65)3613-3259/58, fax (65)3613-3275, juraci@seplan.ms.gov.br	NÃO	?
Poder Público	Estadual	Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul	12	Aguardando indicações (contato com SRHU/MMA)			
		Associação Mato-grossense dos Municípios	13	Flavio Daltro Filho	(61)3224-4807 / (65)9981-0023 ammbrazilia@hotmail.com	??	?
		Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Taquari	14	Nílio Pecanha Coelho Filho	(67)9956-0172/ 3291-1643 nilioporan@hotmail.com coitacoxin@hotmail.com	SIM	sim
		Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul - SANESUL	15	Dulcelya Monica de Queiroz Sousa	(67)3318-7794 monica.queiroz@sanesul.ms.gov.br	NÃO	?
		CAB Cuiabá	16	Luciana Lusía da Saliva Calçada	(65)3318-5900 lcalcada@cabcuiaba.com.br	NÃO	sim
		Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso - FAMATO	17	Titular: Lucélia Denise Perin Avi Suplente: Mauro Donizeti Ribeiro	(65) 3928-4474 / 9617-3941 lucelia@famato.org.br (65) 9955-0441 / 9974-6274 florestal.ribeiro@terra.com.br	NÃO	sim
		Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul - FAMASUL	18	Titular: Daniele Coelho Marques Suplente: Ana Cecília de Freitas Pires Pereira	(67) 9984-9131 daniel@senarms.org.br (67) 9984-7668 / 9912-2461 anacecilia@famasil.com.br	NÃO	não
		Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região - ATRATUR	19	Eduardo Tolley Coelho	(67) 3321-3351 / 8403-4786 eduardo@grupodidaprata.com.br	NÃO	não
		Sindicato dos Guis de Turismo de Mato Grosso - SINGTUR	20	Leonice de Souza Lotufo	(65) 9977-1029 leonice@yaho.com.br	NÃO	?
Usuários	Irrigação/Agropecuária						
Usuários	Pesca, Turismo e Lazer						

1a Reunião Presença	2a Reunião Confirmação de Participação	2a Reunião Presença	3a Reunião Presença	4a Reunião Presença	5a Reunião Presença
sim	sim	sim	sim	sim	sim
sim	não falei	sim	sim	não	sim
	não falei				
sim	sim	sim	sim	sim	sim
	sim				
correu após 1ª reunião		sim	sim	não	sim
sim		sim	sim	sim	não
não mas enviou representante	mas enviará represen	sim	não mas enviou representante	não mas enviou representante	não
sim	não atendeu	sim	sim	sim	não
sim	não falei	sim	sim	sim	sim
	sim				
correu após 1ª reunião		sim	sim	não	não
sim	sim	sim	sim	sim	sim
não	a resolver	sim	sim	sim	sim
não		não	não	não	não
não	não recebeu e-mail	não			
sim	contato não existiu	sim	sim	não	sim
não	sim	sim	sim	sim	sim
sim	não conseguimos contato	sim	sim	não	não
não mas esteve presente Carlos Augusto Zanato, gutozanata@finauto.org.br, 65 3928-4599, 9941-6704		sim	sim	sim	sim
não	sim	sim	sim	sim	sim
	não				
não	sim	sim	não	não	não
sim	telefone desligado	sim	sim	não	sim

Indústria	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul	21	Titular: Edemir Chaim Asseff	(67) 9925-5387 edemir@fiems.org.br	??	?
			Suplente: Isaias Bernardini	(67) 9214-9707 coema@fiems.com.br		
Usuários	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso	22	Alessandra Panizi	(65) 3611-1500 APANIZI@PANIZIADVOGADOS.COM.BR (65) 8114-0770	NÃO	sim
	Hidroeletricidade	23	Maria Aparecida Borges P. Vargas	(27) 8837-9640; vargasma@terra.com.br	NÃO	sim
Hidroviário	Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica - ABRAGE	24	Titular: Paulo Delmar Leismann	(69) 3229-1091; 8132-8817 paulodelmar@tenavega.com	??	sim
	Confederação Nacional do Transporte	25	Felipe Augusto Dias	(67) 9264-7235 felipe@sospantanal.org.br	NÃO	sim
Organizações Não Governamentais	SOS Pantanal	26	Suzan Lannes de Andrade	(65) 92024902 suzannelannes@gmail.com	NÃO	sim
	Associação Brasileira de Engenheiros Sanitaristas	27	Titular: Debora Calheiros (FONASC)	(65) 99654859 calheirosdebora@gmail.com	SIM	sim
Sociedade Civil	Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas - FONASC / Fundação Neotrópica do Brasil	28	Suplente: Reinaldo Lourival (Neotrópica)	r.lourival@gmail.com; glaucia@fundacaoneotropica.org.br		
	Fundação Mato Grosso do Sul	29	Renato Roscoe (Alex Melo)	(67) 3454-2631 alex@fundacaoms.org.br 9606-4323	??	não
Organizações Indígenas	Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa	30	Margarida Marchetto (UFMT)	(65) 84275693 / 81595599 m_marchetto@ufmt.br; marchetto.ro@gmail.com	NÃO - SIM	sim
	Povos Indígenas da BAP	31	Edimar Rodrigues Roaribo Kajeju (Etnia Bororo)	(65) 9920-9224 kajeju@gmail.com	SIM	não

não	sim	não, mas enviaram representante	não	não	não
sim	não atendeu		sim	sim	sim
não	contato não funciona <i>var responder quinta ou sexta</i>	sim	sim	sim	sim
sim	sim	sim	sim	sim	sim
sim	contato não funciona	sim	sim	sim	sim
sim	sim	sim	sim	sim	sim
	sim				
sim	não	não	não	não	não
sim	sim	sim	sim	sim	sim
não	sim	não	não	sim	sim
17 sim e 2 não mas enviaram representantes		23 sim e 1 não mas enviou representante	23 sim e 1 não mas enviou representante	15 sim e 1 não mas enviou representante	19 sim